

A network diagram consisting of several circular nodes connected by lines. The nodes are arranged in a somewhat irregular pattern, and the lines connecting them are colored in black and red. The background is a light, off-white color.

Richard Miskolci

—

# Desejos digitais

Uma análise sociológica da  
busca por parceiros on-line

autêntica aRGos

Richard Miskolci

—

## **Desejos digitais**

Uma análise sociológica da  
busca por parceiros on-line

autêntica aRGos

Copyright © 2017 Richard Miskolci Copyright © 2017 Autêntica Editora

Todos os direitos reservados pela Autêntica Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

COORDENADOR DA COLEÇÃO ARGOS *Rogério Bettoni* EDITORAS *Cecília Martins Rafaela Lamas* REVISÃO *Livia Martins* CAPA *Diogo*

*Droschi (sobre imagem de NaMakuki/Shutterstock)* DIAGRAMAÇÃO *Guilherme Fagundes*

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Miskolci, Richard Desejos digitais : uma análise sociológica da busca por parceiros on-line / Richard Miskolci. -- 1. ed. --

Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2017. -- (Argos, 4) ISBN 978-85-513-0259-0

1. Comunicação digital 2. Encontros on-line 3. Homens 4. Homossexualidade masculina - Estudo de casos 5. Internet - Aspectos sociais 6. Relações afetivas 7. Redes sociais on-line - Aspectos sociais I. Título II. Série.

17-05758 CDD-303.4833

Índices para catálogo sistemático: 1. Relacionamentos afetivos e sexuais : Homens : Redes sociais : Sociologia 303.4833

**Belo Horizonte** Rua Carlos Turner, 420 Silveira .  
31140-520 Belo Horizonte . MG  
Tel.: (55 31) 3465 4500

**Rio de Janeiro** Rua Debret, 23, sala 401  
Centro . 20030-080  
Rio de Janeiro . RJ Tel.: (55 21) 3179 1975

**São Paulo** Av. Paulista, 2.073, Conjunto Nacional,  
[www.grupoautentica.com.br](http://www.grupoautentica.com.br)  
Horsa I 23º andar . Conj. 2301 . Cerqueira César .  
01311-940 São Paulo . SP  
Tel.: (55 11) 3034 4468

Para Maxi

*Em uma cultura aparentemente regida por tecnologias de hipervisibilidade, somos levados a acreditar não apenas que tudo pode ser visto, mas também que tudo está acessível ao nosso consumo e para ele disponível.*

*Avery F. Gordon*

*Estamos muito cruelmente presos entre o que gostaríamos de ser e o que realmente somos.*

James Baldwin

*A ontologia crítica de nós mesmos tem de ser considerada certamente não como uma teoria, uma doutrina, nem mesmo como um corpo permanente de saber que se acumula; precisa ser concebida como uma atitude, um éthos, uma vida filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente a análise histórica dos limites que nos são impostos e um experimento com a possibilidade de ultrapassá-los.*

Michel Foucault

# Prefácio

## Um flerte com a normalidade

Larissa Pelúcio<sup>1</sup>

*O sujeito que paquera desliza entre a multidão, e capta – sexualizando-os – os incidentes anódinos ou insignificantes da rua.*

Néstor Perlongher, 2008 [1987]

Este livro não fala de amor ou sexo, mas do desejo por reconhecimento. Trata de derivas e devires de homens que traçam itinerários desejanter pelas tramas espalhadas da internet em busca de sexo com outros homens. Nessas incursões, deslizam os dedos pela multidão de perfis que aparecem na tela dos *smartphones*. São seletivos. Muito seletivos. Há naquele gesto, e na possibilidade de infinita escolha, um aparente controle do dispositivo libidinal. Em contraste com a urgência que rege os encontros acordados nas ruas, em flertes dissimulados ou nos encontros fortuitos de transas clandestinas, na procura mediada esse combo emocional tende a se diluir. Em frente à tela do celular, as consultas podem ser demoradas e, até mesmo, divertidas, além de parecerem mais seguras.

Os passeios furtivos, na companhia do medo, que marcaram a vida dos homens que transitavam pelo circuito da paquera descrito por Néstor Perlongher, em seu *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo* (2008 [1987]), podem ser substituídos no presente pelo deambular, aparentemente controlado, dos colaboradores de Richard Miskolci, na seleção de parceiros por meios digitais. Porém, ninguém parece estar de fato seguro diante do desejo.

As buscas mediadas por aplicativos móveis (*apps*) para fins sexuais e/ou amorosos mudaram a paisagem sentimental contemporânea. No caso daqueles que procuram homens para relacionamentos, os *apps* prometem suavizar os incidentes anódinos da rua, tão previsíveis quanto indesejados. Ser publicamente heterossexual ainda é uma espécie de imperativo, e enfrentar esse regime regulatório da visibilidade dos desejos e afetos pode ter custos sociais altos.

Na segunda década do século XXI, a rua segue perigosa para aqueles que desejam pessoas do mesmo sexo. Mesmo considerando que, desde 1987, quando Perlongher publica seu livro, até 2017, quando Richard Miskolci nos oferece esta brilhante etnografia, as ruas da grande metrópole tenham assistido desfiles de corpos que desafiaram regimes regulatórios do sexo, ainda hoje se humilha, agride e mata quem ousa viver fora da heteronorma.

Nesse cenário de flagrantes transformações, existem terríveis permanências. De modo que a internet se mostra como um lugar onde se pode estar a salvo. Sobretudo para aqueles/as que, historicamente, tiveram seus desejos proscritos. Regular a exposição física no intuito de evitar violências de diversas ordens é uma possibilidade muito recente e que pauta outros roteiros para a paquera. Diante da histórica marginalização dos locais de encontros gays, o serviço comercial dos aplicativos acena com o que antes era praticamente impossível: buscar um parceiro do mesmo sexo sem se expor no espaço público, ou seja, sem temor, vergonha e, fato a ser sublinhado, sem ter que reconhecer a si mesmo como parte do segmento homossexual. O chamado “meio gay”, tido por muitos homens como um espaço físico contaminado e contaminante, parece se encerrar em uma geografia evitável.

Estar no aplicativo é, para muitos interlocutores de Miskolci, estar “fora do meio”. Mais que isso, é experimentar uma espécie de agência, de capacidade de escolha, que os coloca intencionalmente distantes da “cena gay”. De longe, se aproximam no exercício de seleção dos possíveis parceiros. Sob a perspectiva de um indivíduo-cliente com o poder da escolha, tendem a se sentir moralmente superiores e fisicamente mais interessantes que os demais usuários. Esta mercado-lógica modula não só a busca, mas subjetividades. Os dados que o autor do presente livro obteve em longas trocas com usuários dos aplicativos tendem a corroborar as análises de Sherry Turkle de que a modulação do nível do contato e envolvimento com o outro permitido pelas mídias cria um cenário emocional árido com consequências como o empobrecimento dos laços afetivos e a criação de subjetividades frágeis e incapazes de lidar com demandas relacionais.

Paralelamente e paradoxalmente, esta é também a época de fortalecimento, de intensas lutas políticas em torno de questões identitárias. No plano macrossocial vimos o governo encampando demandas sociais em forma de políticas públicas, na constituição de secretarias especiais voltadas para temáticas como raça, gênero e sexualidade. Das ONGs/Aids ao movimento LGBT, as demandas em torno destas últimas questões ganharam outros contornos e assombros. O fantasma da aids deu lugar à homofobia. Publicamente não se teme mais o “doente” perigoso, mas aqueles que parecem portar ameaças morais a estilos de vida anunciados como corretos. Houve avanços, por certo, mas recusas e violências persistem.

Assim, nas últimas décadas, quando assistimos à politização do sexo, passamos também a viver a privatização do desejo homossexual. O *match*<sup>2</sup>

substituiu o flerte, individualizando e higienizando os contatos. Os “fora do meio”, os “machos”, aqueles que não “miam” e nem são “afeminados” pedem “bom senso” e distância aos que a eles não se assemelham. É uma época mais solitária e muito menos solidária do que aquela de Perlongher.

O negócio do michê colocava personagens diversas em relações azeitadas por dinheiro, suor, sêmen e surpresas. O negócio dos aplicativos promete ser mais previsível, mas igualmente prazeroso. Insere seus usuários num regime de cálculos capaz de otimizar os encontros. Administra-se tempo/espço e prazer; regula-se os investimentos orgásticos (POLLAK, 1993), a fim de se obter o máximo de gozo com o mínimo de exposição.

“As mídias digitais permitiam efetivamente aos sujeitos escapar do heterossexismo cotidiano?” (p. 108-109), interroga-se Miskolci, dirigindo a questão retórica a quem o lê. Sua resposta é sofisticada. Não cabe em monossílabas. O sociólogo mostra que a maioria de seus colaboradores não consegue traçar linhas de fuga efetivas, de maneira que o regime sexual que coloca heterossexualidade não só como desejável, mas compulsória, tende a efetivá-los como eternos buscadores. A busca on-line é feita em uma lógica de custo-benefício estrita. Beneficiar-se da heterossexualidade (presumida ou afirmada nas relações cotidianas) é para muitos um bem simbólico que só pode ser arriscado caso o parceiro em potencial apresente ganhos ao outro.

No negócio dos aplicativos, o mercado tem regido relações que não se pretendem ou mesmo se percebem como comerciais. A moeda que se negocia on-line é a heterossexualidade e seus atributos. Os homens da pesquisa de Perlongher eram clientes e michês. Grosseira e esquematicamente, percebiam-se como mercadores em busca de sexo. Muitos ali, no *trottoir* noturno – mostra o antropólogo –, pagavam por sexo, quando queriam mesmo o amor. Os desejos digitais sugerem que, no presente, a via se inverte. Pelo seu caráter comercial e sua incitação a uma estética midiática, tende a transformar a busca amorosa em sexual, lançando os usuários numa teia de negociações de capitais diversos (corporal, cultural, simbólico), na qual a barganha se dá nos mesmos termos da clássica fase da “entrevista”, que antecede o intercuro sexual entre trabalhadores/as do sexo e seus fregueses.

No amor, assim como no mercado, é preciso ter cautela. Arriscar-se pode ser excitante, e as paqueras mediadas pareciam unir o melhor de dois mundos: ter o gozo da aposta sem a frustração da perda. Essa espécie de utopia digital não se concretizou, conclui Miskolci. Ainda que tenham se alargado as possibilidades de encontros para homens que procuram amor e sexo com outros homens, estes

têm se dado cercados por recusas, frustrações e regulações que os próprios usuários estabelecem, como uma espécie de filtro moral, excluindo aqueles que não parecem dignos do desejo do outro.

Depois de oito anos de pesquisa, *Desejos digitais* nos apresenta um cenário tecnológico e emocional que vai da maçã envenenada, usada pelo inventor do computador, Alan Turing, para prover sua própria morte, até as derivas urbanas de homens contemporâneos que, como Turing, vivem sob a suspeição de seus desejos. Nesse percurso, Richard Miskolci nos brinda com uma breve mas rica história emocional das mídias, apresentando-nos ainda a conceitos potentes para pensarmos as relações contemporâneas e imprime espessura sociológica às suas especulações sobre amor, sexo, segredo e desejo. Insere-se, assim, em um novo e profícuo campo: a sociologia digital. Flerta também com a sociologia do desejo, em uma rica etnografia multissituada, que vai de São Paulo a São Francisco (EUA); do off-line ao on-line; traçando este *continuum* constituidor das relações atuais.

O pesquisador valeu-se de diferentes métodos qualitativos para a coleta dos dados, de forma que *Desejos digitais* se torna uma fonte inspiradora para outras pesquisas com mídias digitais e nos ajuda a formular possíveis repostas à pergunta que ecoa nas páginas deste livro: o que estamos fazendo da tecnologia e como isso está nos transformando? Mais uma vez, a resposta não é direta, nem sintética. Nem poderia ser. Nunca é simples falar da vida emocional. Perceber que a esfera íntima só pode ser compreendida em sua radicalidade quando assumimos que o pessoal é também político foi uma das grandes viradas epistemológicas do século XX. Miskolci, um leitor apaixonado dos estudos feministas, sabe bem disso.

Este pode ser um livro que não fala de amor, mas certamente trata de paixão. Sendo assim, toca em dores e feridas do corpo social. Na tessitura delicada que o autor trama, amor e mercado, tecnologias e afetos, desejos e abjeção, on-line e off-line se conectam colocando em tela o desejo insidioso dos homens que colaboraram com esse trabalho: aquele por reconhecimento social. Sem o reconhecimento dos seus desejos, parecem não conseguir se libertar da sua mais antiga paixão, aquela pela normalidade.

## Introdução à sociologia do desejo

Na noite de 07 de junho de 1954, antes de ir dormir, Alan Turing mordeu uma maçã. O cientista britânico fora investigado por suspeitas de ser espião; pista falsa, mas que levou a polícia a descobrir que frequentava locais de flerte entre homens. No período que se seguiu à Segunda Guerra, o então chamado “homossexualismo” passara a ser crescentemente vigiado e perseguido no Reino Unido. Qualquer sinal de “desvio” era associado ao antipatriotismo, uma ameaça à nação entendida como coletividade heterossexual. Condenado por homossexualismo, Turing teve que escolher entre a prisão e a castração química. Optou pela última. Naqueles dias, seu corpo reagia ao estrogênio, que provocou a formação de seios no cientista. Na manhã seguinte à mordida na maçã, não despertou.

A maçã envenenada com cianeto levou Turing a um suicídio que evoca a metáfora bíblica do pecado: a relação entre conhecimento e sexualidade. Nascido e criado em uma Inglaterra que considerava crime as relações amorosas entre homens desde o “Labouchere Amendment” (1885), Turing aprendeu que seu desejo não podia ser expresso diretamente, mas driblando códigos morais. O interesse por códigos nasceu com sua primeira paixão adolescente. A autopreservação exigia que vivenciasse seu amor em segredo, pois além de crime, a homossexualidade era considerada doença mental.

Interesses intelectuais em um jovem despertavam suspeitas. “Homens de verdade” se dedicavam às festas e ao flerte com mulheres. O intelectual se eximia dessas expectativas trocando a sociabilidade pelos livros e o curso “natural” da vida pelas descobertas científicas. O estereótipo do cientista maluco ainda era melhor do que o do homossexual apto ao internamento e ao eletrochoque. A intelectualidade, por certo, não era uma opção disponível a qualquer um, e as escolhas de vida de Turing não podem ser resumidas à sua sexualidade. No entanto, ignorar o papel do desejo em sua vida seria minorar a experiência cotidiana de um homem que viveu sob uma ordem em que a moral, a legislação e a medicina constrangiam sua afetividade.

Não é mero acaso que sua mente brilhante tenha se voltado para algumas possibilidades e não outras, entre elas imaginar meios tecnológicos para executar

o que seria impossível.<sup>3</sup> A invenção do computador por meio de seu artigo de meados da década de 1930 abriu caminho para a maior transformação histórica desde a Primeira Revolução Industrial (CASTELLS, 2011; NICOLACI-DA-COSTA, 2002). Turing seria reconhecido por ter inventado o computador e quebrado os códigos dos nazistas, tendo contribuído para a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial, mas apenas no final de 2013 recebeu o perdão da rainha.<sup>4</sup>

A Segunda Guerra propulsionou pesquisas tecnológicas graças a vultosos investimentos econômicos justificados pelos interesses políticos então em jogo. Os primeiros computadores eram máquinas de guerra tecnológicas, aparatos enormes e difíceis de utilizar, portanto com acesso restrito e que exigiam especialistas altamente treinados para seu manuseio. No pós—guerra, as possibilidades da computação eram vislumbradas e grandes investimentos governamentais nos Estados Unidos, em especial na Universidade de Stanford, abriram espaço para a continuidade do desenvolvimento de computadores cada vez mais complexos, velozes e – graças aos interesses da corrida espacial – também menores.

A Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética impulsionou a microeletrônica, a necessidade de criar equipamentos cada vez menores e mais leves para que fosse possível utilizá-los nas naves espaciais, bem como nas aeronaves e navios militares. Na vida civil, a microeletrônica permitiu a popularização de televisores, rádios e telefones, o que moldou uma nova realidade econômica, de trabalho e de consumo. Nas décadas de 1950 e 1960, essas realidades consolidariam o que hoje ainda chamamos de “*American way of life*”. A disseminação do estilo de vida de classe média nos subúrbios, com grandes casas distantes do centro da cidade conectadas por grandes avenidas e rodovias tornou o carro o meio de transporte prioritário. As famílias relativamente isoladas adotaram o hábito de assistir TV e mantinham contato entre si por meio do telefone fixo. O carro levava ao trabalho, mas também às compras, cada vez mais concentradas em *shopping centers*.

A sociedade americana e, em graus variados, boa parte das outras, tornavam-se cada vez mais expostas às mídias e voltadas ao consumo. A vida na segunda metade do século XX seria crescentemente marcada pela mídia de massa, da qual a televisão era a rainha, unindo criativamente em si características herdadas do cinema, do rádio e da mídia impressa. Filmes, séries, mas também programas musicais e telejornais estenderam a comunicação de massa englobando populações heterogêneas e criando um sentimento de coletividade que, ao vivo,

pôde – pela primeira vez na história – acompanhar guerras, protestos, festivais musicais, a Copa do Mundo e até a chegada à Lua.

No terço final do século, a televisão tinha trazido informação e entretenimento para dentro das casas, o que mudou a esfera do consumo cultural do público para o privado. Seus programas, documentários e noticiários mostravam que já vivíamos na aldeia global (MCLUHAN, 1962; 1968). De todo modo, era ainda o auge do *broadcasting*, da mídia vertical que dividia o mundo entre emissores e receptores com parca interatividade ou poder de ressignificação em relação ao que estava por vir.

Em 1969, ano da chegada à Lua, um outro grande passo foi dado sem o mesmo alarde ou expectativa: foi criado o protótipo da Internet (CASTELLS, 2011). A rede foi o resultado de um projeto da Agência de Projetos de Pesquisas Avançadas (ARPA), divisão do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. A então chamada ARPANET tinha como objetivo materializar um sistema de comunicação que não fosse vulnerável a ataques nucleares, por isso formaria uma rede sem centros de controle. Ela teve início conectando algumas universidades da costa oeste do país: Universidade da Califórnia em Los Angeles, Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, Universidade de Stanford e uma universidade do estado de Utah.

A rede foi dividida em ARPANET para uso científico e MILNET para uso militar em 1983 até que, no final da década, a ARPANET-Internet passou a se chamar apenas Internet sob sustentação do Departamento de Defesa, mas operada pela National Science Foundation. Em 1995, se deu a transferência da Internet para o setor privado, o que permitiria sua disseminação comercial. Sua expansão foi possível devido a dois fatores: a existência de computadores pessoais com preços relativamente reduzidos – graças à produção de peças em países do Oriente e a melhora das telecomunicações com a modernização dos telefones – e a popularização do seu acesso na maior parte do mundo.

Foi o encontro do PC (*personal computer*) com o telefone que possibilitou a disseminação da internet. A começar pelos EUA, a segunda metade dos anos 1990 assistiu a uma explosão de usuários. A internet trouxe consigo a novidade de um sistema de comunicação descentralizado e interativo. Descentralizado porque cada um se conecta individualmente, mas também porque o faz formando redes a partir de seus interesses pessoais. Inicialmente, além de atingir apenas classes economicamente privilegiadas, era marcada pelo predomínio da escrita e o acesso lento por via discada.

Na academia, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento especulavam sobre as possibilidades abertas, criando assim um vocabulário conceitual corrente até hoje. Manuel Castells, em seu clássico *Sociedade em rede* (2011, primeira edição de 1996), mostrou que a sociedade contemporânea se caracteriza pela organização em rede, o resultado de três grandes transformações articuladas: as transformações culturais e políticas deflagradas pelos movimentos sociais da década de 1960, como o feminista e, acrescentaria, também o homossexual; a revolução informacional instalada na década de 1970 e a reestruturação capitalista da década seguinte.

O final dos anos 1990 foi a época das reflexões otimistas de Sherry Turkle, pesquisadora do Massachusetts Institute of Technology (MIT), sobre a possibilidade de desenvolver um novo *self* na internet. Assim como da ideia de Pierre Levy sobre o que denominou – inspirado no romance de ficção científica *Neuromancer* (1984) de William Gibson – de “ciberespaço”. Esse conceito, que sobrevive até nossos dias com novas definições, faz parte do conjunto de termos antigos que foram acionados para falar de uma realidade nova. Entre seus usos, destaco o que se baseou na superada distinção virtual/real que seguia a – hoje sabemos – ingênua interpretação de que as interações on-line ocorriam em um outro espaço. Nancy K. Baym assim define o que chama de “mito do ciberespaço”: “a comunicação mediada não é um espaço, é uma ferramenta adicional que as pessoas usam para se conectar, uma ferramenta que só pode ser entendida como profundamente embebida e influenciada pelas realidades diárias da vida corporificada” (2010, p. 152).<sup>5</sup>

O advento da internet 2.0,<sup>6</sup> a expansão da banda larga, a chegada das câmeras digitais e a popularização de equipamentos móveis para acessá-la permitiram com que a rede se imiscuisse de tal forma no cotidiano que já não evoca qualquer separação entre o que se faz dentro ou fora dela. A vida conectada em rede começou a contestar a separação entre on-line e off-line, assim como a de que seria possível viver em um espaço alternativo e com regras próprias. Não só as normas do velho cotidiano face a face moldam nossas relações on-line, mas também – desde que o acesso à rede se disseminou<sup>7</sup> – as características das interações por mídias digitais têm passado a modificar as do dia a dia. Talvez até seja mais acurado aventar que vivemos em uma nova esfera relacional, cujos horizontes, regras e também limitações estamos descobrindo ao mesmo tempo em que nela adentramos.

No que se refere à busca de parceiros amorosos por meio de plataformas comunicacionais on-line, o advento das câmeras e da videoconferência

frustraram as expectativas de contatos descorporificados ou flertes desprovidos do *sex appeal* dos interlocutores. As paqueras textuais nas salas de bate-papo progressivamente se associaram ao uso de sites de anúncios de busca de parceiros, à troca de imagens entre os interessados por e-mail ou *messengers*, até chegar à videoconferência.

Desde o barateamento e a consequente popularização de computadores portáteis no início do milênio, passando pela invenção dos *smartphones* e *tablets* no final da mesma década, usar a internet deixou de ser sinônimo de uma pessoa sentada frente a um equipamento de mesa conectado por um fio à linha telefônica. O acesso deixou de ser um ritual esporádico e passou a ser cada vez mais constante e, para muitos, ininterrupto. Nos termos de Castells, chegamos à era da conectividade perpétua, o que levou um grande número de pesquisadores a afirmar que vivemos em uma era digital (NEGROPONTE, 1995; ATHIQUE, 2013; BAYM, 2010).

As mídias analógicas tinham uma base material, como o disco de vinil, o filme da câmera fotográfica ou do antigo projetor de cinema, o papel dos jornais e revistas; nas digitais, esse suporte físico específico perde espaço, já que o conteúdo midiático é convertido em sequências numéricas ou melhor, em dígitos, de onde deriva o termo “digital” (MARTINO, 2015, p. 10-11). Atualmente, por meio de diferentes equipamentos eletrônicos, conteúdos passam a ser acessados digitalmente, o que permite que sejam também armazenados e compartilhados – uma vez que usuários de mídias digitais não são apenas consumidores-receptores isolados, mas também criadores e emissores que passaram a se conectar entre si.

Digital, nesse sentido, não é uma definição técnica, mas uma caracterização de nosso mundo como marcado pela conexão por meio de tecnologias comunicacionais contemporâneas que se definem cotidianamente como digitais e que envolvem o suporte material de equipamentos como *notebooks*, *tablets* e *smartphones*, bem como diferentes tipos de rede de acesso, conteúdos compartilháveis e, por fim, mas não por menos, plataformas de conectividade. Em termos sociológicos, o que define nossa era é a conexão em rede por meios comunicacionais tecnológicos. Digital, portanto, se opõe ao analógico, enfatizando o aprimoramento tecnológico, enquanto a conexão em rede por meio de plataformas enfatiza a maneira como se constroem relações sociais. Neste livro, ao me referir a mídias digitais estarei sempre sintetizando ambas as transformações – tecnológica e social –, ou melhor, um mesmo processo histórico – ainda em consolidação – de mudança sociotécnica de uma sociedade

baseada predominantemente nas relações face a face para uma em que as relações mediadas ganham importância na vida social.<sup>8</sup>

Trata-se de um processo que tem mudado o que compreendemos como sociedade, mas seu impacto não é menor em termos individuais. O acesso via celular criou a experiência de nos tornarmos seres conectados, e expressões cotidianas como “estou sem bateria” ou “estou com pouco sinal” comprovam que equipamentos como os *smartphones* foram incorporados como parte de nosso ser e, para alguns, inclusive de nossa forma de desejar. Foi já nesse contexto de emergência dos celulares inteligentes, no final dos anos 2000, que usuários de aparelhos com *bluetooth*<sup>9</sup> começaram a usar a conexão para paquerar em espaços públicos através da troca de fotos. Também data dessa época a crescente troca de mensagens e fotos com conteúdo sexual, o que – em contextos como o norte-americano – gerou o pânico sexual sobre o que chamaram de *sexting*.

Em 2009, com a criação do segundo iPhone com o sistema operacional iOS, que integrava o Global Positioning System (GPS) e permitia o desenvolvimento de aplicativos, estavam dadas as condições para surgir o primeiro destes voltado para a paquera: o *Grindr*. Joel Simkhai, empresário israelense radicado em Los Angeles, estava com 32 anos na época. Para criar um serviço tecnológico que expandiria a paquera dos computadores para os dispositivos móveis, ele investiu dois mil dólares e contou com a ajuda de um amigo sueco que conheceu on-line. Simkhai (2012) explica sua ideia para o aplicativo como a resposta tecnológica para a questão: “como encontro outros gays?”. Pergunta derivada das restrições sociais à expressão do desejo por pessoas do mesmo sexo em espaço público, o que o mantém na invisibilidade ou discrição.

O aplicativo pioneiro de Simkhai foi a materialização de uma espécie de radar gay ou, em termos populares, um “gaydar” capaz de detectar o desejo homossexual masculino. A invisibilidade dessa forma de desejo não pode ser tomada como natural, antes o resultado de um longo processo histórico que este livro pretende ajudar a reconstituir e analisar. O fato é que mesmo na maior cidade da Califórnia, região relativamente liberal e – por meio de seu aparato midiático – um dos centros difusores da cultura gay *mainstream*, pesquisas indicam que entre as principais razões que levam ao uso de aplicativos de busca de parceiros está a segurança de paquerar sem sofrer retaliações físicas ou morais (RICE *et al.*, 2012).

De Turing até Simkhai muita coisa mudou em termos tecnológicos, mas se manteve a necessidade de codificar o flerte entre homens para evitar retaliações

sociais. Enquanto Turing – na Inglaterra da década de 1950 – foi efetivamente investigado e, ao descobrirem suas incursões noturnas em pontos de encontro homossexual, condenado por buscar um outro homem como parceiro, Simkhai – na Los Angeles de inícios do terceiro milênio – inventou um meio tecnológico de encontrar parceiros do mesmo sexo evitando não a polícia ou a lei, mas restrições político-culturais que mantêm essa busca sujeita a formas diversas de retaliação.

O grande contraste parece estar no fato de que o desejo homossexual, na época de Turing, era visto como inaceitável, ao mesmo tempo um crime e uma patologia, enquanto em nossa época – ao menos em parte das sociedades ocidentais – é encarado como tolerável desde que restrito ao privado e ao íntimo.<sup>10</sup> O desejo de Turing evocava o pecado e a queda bíblica, daí a mordida na maçã que preencheu de significado seu último gesto. O desejo que alimenta o uso das mídias digitais por homens que buscam parceiros do mesmo sexo no presente não exige mais sua negação, mas envolve a negociação de sua visibilidade com segurança.

Turing foi investigado, julgado e condenado por se relacionar sexualmente com outros homens, sendo punido com a castração química, ou seja, a eliminação de seu desejo; já a invenção de Simkhai se expandiu entre as classes médias conectadas, o que permitiu a afirmação desejante homossexual por mídias digitais, em relativo segredo ou discrição. Isso leva a constatar que, a despeito da despatologização e descriminalização da homossexualidade em boa parte do mundo, o desejo homossexual continuou a ser perseguido no espaço público nos últimos sessenta anos. Perseguição que não tem mais como agentes principais as forças repressoras da medicina psiquiátrica e da polícia, mas o controle de outras não menos eficientes: as culturais e midiáticas.

*Desejos digitais* busca reconstituir historicamente esse percurso de mudanças e permanências: da mordida da maçã à busca por parceiros do mesmo sexo nas telas dos dispositivos móveis. O objetivo não é apenas explorar os usos contemporâneos das mídias digitais por homens procurando parceiros, mas alcançar o sentido dessa busca indissociável de nossa era e sua compreensão cultural e política da homossexualidade. Este livro apresenta uma análise sociológica da transformação do desejo criminalizado e patologizado, que levou Turing a se suicidar, até a afirmação desejante por mídia eletrônica que marca a vida de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no presente. Nesse intuito, inicia inserindo a sexualidade na vida social e na história, desnaturalizando o desejo de forma a reconhecê-lo como objeto de investigação sociológica.

## **Aquele ainda obscuro negócio do desejo**

O objetivo desta obra é apresentar e analisar a relação entre a disseminação das mídias digitais e a negociação da visibilidade do desejo homossexual masculino a partir do advento da internet, em 1995. Negociação que, ao longo do texto, mostrarei remontar à ascensão da forma contemporânea de compreensão da homossexualidade desde a perseguição redobrada a homossexuais nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, quando empreendedores morais os denunciavam como ameaça à família e à nação.

Ainda que o foco esteja nas mudanças nas relações entre homens a partir da segunda metade do século XX, tocará eventualmente em aspectos que envolvem as relações entre pessoas do sexo oposto, sobretudo na perspectiva das mulheres contemporâneas que também ganharam agência sexual. “Agência” aqui designa a forma como sujeitos negociam seus desejos com as normas e convenções morais em voga, portanto como algo situacional e dinâmico que pode preceder a ação<sup>11</sup> e envolve, inclusive, a construção social do desejo. Nessa perspectiva, o desejo não vem de dentro de um sujeito dado, tampouco é imposto por algum aparato externo a ele. O desejo é um eixo articulador entre o sujeito e a sociedade sendo moldado na interação social.

O livro insere-se, portanto, na interseção entre as pesquisas que alguns têm chamado de sociologia digital e a área de estudos de sexualidade e gênero. A sociologia digital ainda é um projeto, um conjunto de estudos e reflexões recentes que tende tanto à formação de uma área ou especialidade dentro da disciplina como a desenvolver teorias e conceitos que poderiam impactar transversalmente todas as áreas de investigação sociológica.<sup>12</sup> Por sua vez, os estudos de sexualidade e gênero formam uma área interdisciplinar que apenas recentemente foi acolhida na sociologia.

Historicamente, ainda que a sociologia nascente tenha tido entre seus temas principais o que hoje compreendemos como relações raciais e gênero (CONNELL, 2012, p. 317), pouco explorou questões de sexualidade e, ainda menos, sobre o desejo. Auguste Comte considerou o papel social das mulheres em seu *Systeme de Politique Positive*, e Herbert Spencer inicia seu *The Principles of Sociology* analisando o conjunto de instituições que denominava “doméstico” e que, hoje, chamamos de questões de gênero. Na vertente crítica, Engels desenvolveu uma seminal análise materialista em seu texto “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” (1884). Nessas análises, a sexualidade era compreendida a partir de pressupostos heterossexuais e reprodutivos, daí tenderem a enquadrá-la como voltada ao casamento e à família.

Quando a sociologia se institucionalizou, entre o final do século XIX e o início do século XX, a maioria dos que viriam a ser considerados clássicos não deram a devida atenção aos esforços para organizar corpos, prazeres e desejos de forma a criar identidades sexuais e de gênero como parte do processo de modernização que originou a sociedade contemporânea (FERGUSON, 2004). Curiosamente, isso se deu na mesma época da ascensão da sexologia e da psicanálise, no momento crucial que criou um elo entre conhecimento e sexualidade estruturado na recusa cognitiva das relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Assim, a sexualidade foi relegada principalmente à esfera dos estudos biológicos ou psi até por volta da década de 1960, quando ainda era compreendida como algo natural e restrito à intimidade. Desde então, progressivamente, a sociologia passou a reconhecer que a sexualidade envolvia rituais públicos, conflitos sociais e relações de classe. Eva Illouz (2014) recentemente assim definiu o que é sexualidade:

Para o não sociólogo, o sexo é o ato pecaminoso ou prazeroso que fazemos na privacidade de nosso quarto. Para o sociólogo, o sexo e a sexualidade são um eixo em torno do qual a ordem social é organizada, um eixo que associa ou separa pessoas em termos específicos e previsíveis. Com quem alguém é permitido ou proibido de fazer sexo; como a sexualidade se conecta com a moral; qual relação existe entre sexo prazeroso e reprodução; quem pode ser pago por sexo e quem não pode; quais são as diferentes transferências monetárias no sexo; e o que é definido como sexo legal e ilegal. A sexualidade é um assunto central para o sociólogo porque é socialmente regulada e porque sua regulação social é escondida da visão – de fato, tornada invisível.<sup>13</sup>

A questão da visibilidade se revela central para a análise sociológica porque delimita o que pode ser investigado em termos culturais e históricos. A sexualidade só pode ser compreendida como objeto de pesquisa social se for desnaturalizada, ou seja, por meio da problematização do pressuposto que a manteve por muito tempo fora do escopo de objetos sociológicos. O pressuposto que mantém as regulações da sexualidade invisibilizadas reside na manutenção do desejo como algo natural, uma espécie de impulso pré-cultural a definir os interesses sexuais e amorosos. O poder dessa interpretação cultural está na negação do caráter social e histórico do desejo, o que serve à manutenção do mito da sexualidade como esfera autônoma em relação ao poder.

Historicamente, sujeitos com desejos próprios ameaçavam a obediência que garantia os privilégios dos detentores do poder, daí terem sido motivo de preocupação das autoridades eclesiásticas ou dos governos que se constituíram a partir da Idade Contemporânea. Assim, a sexualidade foi se configurando como uma regulação coletiva do desejo que – justificada pela religião e baseada nos

emergentes saberes científicos – colocou em ação práticas que passaram a perscrutá-lo e definir seus supostos desvios. As formas socialmente aceitáveis logo foram classificadas como naturais, fato que as colocava fora da história e, portanto, impedia seu questionamento já que teriam origem na lei divina ou na formação imemorial da cultura.

Até ao menos o século XIX, o desejo era compreendido religiosamente como “a carne” (em oposição ao sublime espírito) e cientificamente como instinto (em oposição ao civilizado amor). As interpretações religiosas e científicas mais tradicionais justificavam a repressão e o controle do desejo visando a formas socialmente responsáveis, leia-se voltadas à reprodução dentro de relações estáveis reconhecidas pela religião e pelo Estado, portanto dentro do casamento e visando à formação de famílias.

O ponto de viragem da compreensão de que toda vida psíquica gira em torno do desejo talvez possa ser datado com a publicação, pelo psiquiatra alemão Heinrich Kaan, em 1848, do primeiro tratado sobre as “patologias do desejo”, um gênero da literatura científica da época que originou compêndios sob o inconfundível título de *Psychopathia Sexualis* (FOUCAULT, 2001). A partir daí, abria-se o caminho para que, no terço final do século XIX, a sexologia iniciasse o processo de classificação dos sujeitos – de acordo com seus desejos – como hétero, homo ou bissexuais. Na maior parte dos casos, como na obra de Richard von Krafft-Ebing, não se tratava de reconhecer diversidade, antes de mapear os desvios da presumida – mesmo porque nunca explicitada – norma heterossexual reprodutiva.

No século XX, uma sexologia alternativa se desenvolveu nas obras de pesquisadores como o inglês Havelock Ellis e o alemão Magnus Hirschfeld. Por meio da tradição de análises de casos, fonte empírica rica até hoje para estudos históricos, ambos recusaram classificar como perversões formas diversas do desejo e práticas sexuais não reprodutivas. No entanto, como médicos, mantiveram o desejo no reino do biopsíquico, sem a devida atenção aos enquadramentos históricos e culturais em que se inseriam seus pacientes.

Paralelamente, o desejo ganhou outra interpretação a partir da psicanálise, segundo a qual ele é pulsão, algo mais cultural do que biológico, sendo sua repressão – por meio de restrições morais coletivas – a responsável por consequências psíquicas dolorosas. Sigmund Freud deixou de justificar a repressão e passou a analisar seu alto custo psíquico para os indivíduos. Também retirou os desejos fora das expectativas sociais do reino das perversões, caso da homossexualidade, e afirmou, corajosamente, a bissexualidade primária dos

seres humanos. No entanto, terminou por criar uma teoria do desenvolvimento da psique que levava a um adulto heterossexual, portanto mantendo a psicanálise dentro da interpretação cultural dominante da sexualidade como indissociável do que hoje compreendemos como a norma heterorreprodutiva.

Na vertente da teoria crítica, Wilhelm Reich refletiu sobre a regulação das relações sexuais e amorosas discutindo a necessidade de uma Revolução Sexual. Sua obra estendia para a esfera pessoal e íntima as transformações que a maioria dos teóricos críticos esperavam ocorrer apenas na esfera pública, especialmente na economia, na organização do trabalho e na política institucional. Unindo a sociologia estrutural marxista e a compreensão da dinâmica psíquica pela psicanálise, abriu uma vertente importante de reflexão que contaria também com intelectuais frankfurtianos como Erich Fromm e Herbert Marcuse, este último autor de um clássico sobre o tema publicado, em 1955, sob o título *Eros e Civilização*.

Na área dos estudos sexológicos, depois da Segunda Guerra Mundial, Alfred Charles Kinsey (1894-1956) publicou obras impactantes sobre o comportamento sexual que contribuíram para compreender as mulheres como sujeitos sexuais e apontaram como as relações sexuais entre homens eram muito mais comuns do que se imaginara até então (cf. WEEKS, 2007, p. 52). Em sua pesquisa feita com 18 mil pessoas, constatou que 37% dos homens adultos já haviam tido ao menos uma relação sexual completa – leia-se que levava ao orgasmo – com outro homem. Descobertas como essa levaram-no a propor uma escala para superar a compreensão estanque dos desejos sexuais. A Escala Kinsey variava de 0 a 6, sendo 0 exclusivamente heterossexual e 6 exclusivamente homossexual. Seus extensivos estudos empíricos, feitos em equipe, resultaram nos relatórios que trouxeram à luz a forma efetiva como as pessoas viviam seus desejos e desenvolviam suas práticas sexuais desafiando as conjecturas teóricas anteriores, em sua vasta maioria baseadas em pressupostos normativos.

A normatividade citada persiste em uma taxonomia disseminada socialmente e em boa parte da teoria social negando dinamismo ao desejo. A ideia de que as pessoas se dividem em tipos desejantes fixos e intransitivos é refutável pelas evidências encontradas nos estudos empíricos que investigam a forma como os sujeitos efetivamente vivem sua sexualidade. Ainda que aceitemos o pressuposto de que humanos são seres desejantes, nada aponta para que seus desejos sejam primariamente reprodutivos, voltados para o sexo oposto, tampouco imutáveis e categorizáveis em um conjunto restrito de identidades sexuais.

Essas afirmações se tornaram cada vez mais evidentes a partir da segunda metade do século XX, quando a invenção e a disseminação da pílula anticoncepcional contribuíram para tornar mais efetiva a divisão entre sexo e reprodução.<sup>14</sup> O que, somado à chamada liberação sexual feminina e a despatologização da homossexualidade, abriu caminho para o período de profunda transformação dos comportamentos que hoje chamamos Revolução Sexual.

A Revolução Sexual emergiu entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1980, período em que boa parte das sociedades ocidentais vivenciou uma inflexão histórica na compreensão da sexualidade, do desejo e das possibilidades relacionais. Nessa época, movimentos feministas se organizaram em torno da demanda dos direitos à contracepção, à interrupção da gravidez e ao prazer sexual. Nos Estados Unidos, a luta pelos direitos civis dos negros conseguiu revogar as leis que impediam casamentos inter-raciais. Homossexuais, por sua vez, lutaram pela despatologização da homossexualidade e sua descriminalização.

Em muitos países, como o Brasil, foi na década de 1970 que se aprovou o direito ao divórcio e se começou a reconhecer as mulheres como sujeitos políticos. Em meio ao período da abertura política, ganharam força os movimentos feminista e negro, e se organizou o primeiro movimento homossexual, o Somos. Ainda que o primeiro trabalho sociológico brasileiro sobre homossexualidade masculina tenha sido feito no final da década de 1950,<sup>15</sup> foi a partir da década de 1970 – em sintonia com a produção internacional – que se originaram mais pesquisas. Segundo Maria Filomena Gregori (2010, p. 22-23), os estudos brasileiros sobre sexualidade se caracterizam pela documentação e análise de um repertório de práticas socioculturais que contestam categorias essencialistas, portanto inserindo a sexualidade nos âmbitos cultural e histórico.

Sob a ditadura militar (1964-1985), os impactos dessas mudanças foram menores em nosso país e desigualmente distribuídos pela população, de forma que a “geração do desbunde”, formada principalmente por uma classe média com nível universitário, foi a que melhor desfrutou da Revolução Sexual. Assim, foi nos países centrais e nas classes privilegiadas brasileiras que se tornaram mais aceitos socialmente o sexo pré-marital, o uso de contraceptivos, a compreensão do sexo como meio para obtenção de prazer desvinculado da reprodução e do objetivo de casar-se ou de formar família. Tornava-se factível viver além dos modelos tradicionais do casamento, família e filhos. Não por acaso, essas novidades coincidiram com uma época de relativa prosperidade

econômica em que chegou à vida adulta a geração com maior acesso à educação até então. A transformação comportamental também se associou a uma redução da interferência religiosa na vida íntima e uma crescente politização do pessoal, com demandas de mais direitos, cidadania e reconhecimento para mulheres e homossexuais.

É nesse período que emergem discussões sobre as regulações do desejo e da sexualidade que colocam em xeque visões arraigadas que os associavam a um único direcionamento ou objetivo. Na Inglaterra, em 1968, a socióloga Mary McIntosh publicou seu artigo “The Homosexual Role”, texto que desnaturaliza a homossexualidade. No início da década de 1970, na França, Guy Hocquenghem lançou *Le Désir homosexuel*, e Gilles Deleuze e Félix Guattari *O Anti-Édipo*. O livro de Hocquenghem constitui uma análise política de como a ordem social poderia ser compreendida como uma ordem sexual baseada na recusa e no temor da homossexualidade. A obra de Deleuze e Guattari associa marxismo e psicanálise no intento de superar o familismo da teoria crítica.

Nos Estados Unidos, John H. Gagnon e William Simon desenvolveram a teoria sociológica sobre os *scripts* sexuais, e a antropóloga feminista Gayle Rubin criou uma das mais potentes críticas ao heterossexismo da teoria social canônica em seu clássico artigo “O tráfico de mulheres”. Na linha de Rubin, mais recentemente, a teórica queer Judith Butler aprofundou o desafio às concepções estáticas do desejo que circulam em interpretações antropológicas e psicanalíticas estruturais, permitindo enfatizar o caráter social e histórico de sua regulação:

Pode-se certamente admitir que o desejo é radicalmente condicionado sem alegar que ele é radicalmente determinado, e pode-se reconhecer que há estruturas que tornam o desejo possível sem alegar que essas estruturas sejam atemporais e resistentes, impermeáveis às mudanças e deslocamentos (BUTLER, 2014, p. 259-260).

Em termos sociológicos, há elementos estruturais como a ordem política e econômica, que tornam o desejo possível, o inibem ou – cada vez mais raramente – o proíbem. Tais elementos são históricos e culturais, variam no tempo e no espaço de acordo com relações de poder expressas, por exemplo, em definições legais, médicas ou religiosas sobre o que é considerado aceitável, recusado ou meramente tolerado. O desejo, portanto, é condicionado socialmente e está muito distante de ser a expressão de qualquer força natural, não é instinto tampouco pulsão.

Na perspectiva de Michel Foucault, em *História da sexualidade* (1976), a compreensão da sexualidade como envolvendo necessariamente formas de

expressão do desejo estaria indelevelmente associada à tradição cristã da recusa da “carne” ou do regime de verdade científico sobre a sexualidade. Quer na interpretação religiosa do desejo como pecado, quer na agnóstica da psicanálise como pulsão estaríamos enredados na problematização do sujeito do desejo, o que nos impediria de encarar a sexualidade como um dispositivo histórico do poder que se desenvolveu associado à formação dos Estados contemporâneos.

Foucault afirma que aprendemos a ver no desejo a verdade do sujeito, instituindo historicamente uma hermenêutica individualizante e culpabilizadora vinculada a diferentes microdispositivos, os quais, por meio do controle da infância, da definição das perversões e da histerização do corpo feminino moldaram o ideal reprodutivo do casal heterossexual. Dessa forma, auxiliou-nos a ver a sexualidade como parte fundamental da formação dos Estados nacionais modernos dentro da biopolítica, o governo dos corpos que forjou a sociedade contemporânea.

A abordagem foucaultiana desnaturalizou a sexualidade por meio da priorização do macro-histórico e do estrutural, definindo o desejo como uma das vias do controle e da normalização dos corpos e das subjetividades. Perspectiva importante ao sublinhar os interesses políticos e coletivos envolvidos na delimitação das sexualidades normais, o que não seria possível sem o estabelecimento das periféricas. Foucault, ao associar a sexualidade à biopolítica e, por meio dessa, aos interesses dos Estados nacionais acompanhou historicamente a criação da homossexualidade como periférica, mas não problematizou suficientemente o caráter heterorreprodutivo das políticas e práticas que mapeou tão criticamente.

O foco macroestrutural foucaultiano foi moldado principalmente a partir do estudo histórico das relações entre saberes e poderes que emergem desde fins do século XVIII, cristalizam-se a partir de fins do século XIX e estendem seu domínio até a primeira metade do século XX. Dentro do referido recorte temporal, sua perspectiva sobre a sexualidade como dispositivo histórico do poder vinculado à biopolítica tem alto poder explicativo. Por outro lado, tal leitura opera uma espécie de esvaziamento dos sujeitos sexuais, os quais parecem produto de relações de poder que os atravessam por meio do desejo regulados por instâncias coletivas sobre as quais têm pouca ou nenhuma interferência.

A recusa do desejo como indelevelmente assujeitador restringe a ação dos sujeitos em um movimento em que a luta política envolveria a recusa da própria sexualidade e a proposta de outra compreensão dela, o que na obra foucaultiana

levou à substituição do desejo pela problemática dos corpos e prazeres. Em uma perspectiva sociológica baseada na forma como os sujeitos contemporâneos efetivamente lidam com a sexualidade, estudos empíricos – especialmente etnográficos – mostram a preponderância do desejo, o qual pode ser abordado como eixo de negociação entre indivíduo e coletividade sobre as formas que suas relações amorosas e sexuais podem tomar.

A interpretação foucaultiana abarca um período em que o domínio dos saberes naturalizantes e normalizadores sobre o sexo era maior e menos contestado do que passou a ser desde a década de 1970. De forma sintética, argumento que – mesmo compreendendo e incorporando a contribuição de Foucault em sua obra devotada à análise histórico-social da sexualidade – é necessário ponderar seu poder analítico para compreender o terço final do século XX, marcado por transformações políticas, culturais e tecnológicas que, em conjunto, constituíram uma inflexão histórica ainda pouco explorada em termos sociológicos.

Na linha de estudos de inspiração foucaultiana, os sujeitos de desejo frequentemente são esvaziados de agência, assim como as forças coletivas de controle são vistas como mais poderosas e coerentes do que as evidências empíricas atuais indicam.<sup>16</sup> É possível desnaturalizar o desejo reconhecendo seu caráter socialmente condicionado sem deixar de explorar seu potencial e efetiva contribuição para resistências e transformações. Se é fato que a sexualidade é um dos eixos de diferenciação social frequentemente traduzidos como acesso desigual a direitos, a segurança e a reconhecimento, também não podemos ignorar que, ao menos desde a Revolução Sexual, a sexualidade tornou-se um dos elementos centrais para ser reconhecido como um membro completo da sociedade.

O fato de que a sexualidade se tornou um espaço para conjecturar sobre a verdade de si e um dos meios para alcançar autonomia deve ser motivo de investigação, o que envolve não ignorar o papel social do desejo na crescente conscientização dos sujeitos sobre seus direitos. O desejo, assim, pode gerar leituras sobre controle ou transformação social, ser lido como o definidor estático de uma verdade sobre si mesmo ou um dos catalizadores contemporâneos de lutas por reconhecimento. Reconhecimento que coloca em xeque normas legais, institucionais e mesmo convenções culturais que constituíram a cidadania e as nações como uma comunidade imaginada, fundamentalmente, como heterossexual.

Talvez seja melhor evitar o binômio domínio ou controle pela sexualidade, reconhecendo que ela se insere em disputas políticas e culturais sobre o caráter do desejo. Se o discurso conservador o associou historicamente ao incontrolável e perigoso, uma resposta liberal não precisa ser a de sua negação e apagamento. Reconhecer que somos vistos socialmente como sujeitos do desejo não equivale a atribuir a-historicidade ao desejo, mas a o inserir analiticamente nas disputas político-interpretativas sobre o papel da sexualidade na ordem social. Daí não seguir a linha de estudos foucaultiana em sua crítica dos sujeitos de desejo como necessariamente assujeitados em hermenêuticas de si associadas a regimes de verdade do sexo como a carne cristã ou à sexualidade como é compreendida pelos saberes científicos modernos.

Nessa linha reflexiva que reconhece a agência histórica dos sujeitos, é fundamental sublinhar – entre outras coisas – que, historicamente, apenas homens foram plenamente reconhecidos como sujeitos do desejo; talvez por isso a maior parte da teoria psicanalítica gire em torno da psique masculina. Até hoje o vocabulário psicanalítico conflita com as tentativas de ampliar sua análise para compreender a psique feminina, e ainda mais com as que buscam reconhecer as mulheres como sujeitos desejantes. Além desse caráter generificado – no caso masculino – das teorias sobre o desejo, também é importante notar que, na maior parte da teoria psicanalítica, a dinâmica psíquica gira em torno de uma presumida centralidade original do desejo por pessoas do sexo oposto.

Segundo interpretações queer contemporâneas como a de David M. Halperin, a configuração e a dinâmica supostamente “normais” da sexualidade só foram mapeadas em relação a um desejo negado: o homossexual. Desde o terço final do século XIX, o desejo homossexual masculino foi avaliado em termos morais, legais e psiquiátricos como transgredindo o sagrado, a lei e até mesmo a sanidade mental, o que explica sua construção cultural como pecado, perigo coletivo, fora da lei e da normalidade entre 1870 e 1973, e, acrescentaria, como risco epidemiológico-moral desde o pânico sexual da aids<sup>17</sup> no início da década de 1980 (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009).

Ao invés do desejo por pessoas do mesmo sexo ser compreendido como um desejo entre outros, uma possibilidade para todo ser humano, nossa cultura se encarregou de associá-lo a um tipo: o homossexual, uma invenção médico-legal do século XIX que ainda habita nosso imaginário e é frequentemente acionada como um espectro em períodos de disputa política sobre os limites da sexualidade. Em diferentes contextos nacionais, ao menos desde a década de 1950, temores coletivos envolvendo mudanças na família, na paternidade e nas

relações entre homens e mulheres sempre evocaram a homossexualidade como fantasma a assombrar uma ordem social que se confunde com uma ordem (heteros)sexual (cf. WEEKS, 2007, p. 66; RUBIN, 1994).

A despeito de toda produção teórica e estudos empíricos que apontam para algo diverso, no senso comum e mesmo em boa parte das teorias ainda vigora o pressuposto de que a heterossexualidade é a ordem natural do desejo. O heterossexismo social contamina o teórico em uma violência epistemológica que marca a maior parte da teoria social contemporânea. Isso afeta tanto a vertente que reconhece a existência do desejo homossexual, mas o mantém vinculado a um grupo específico compreendido como minoritário, como os estudos que aceitam tal pressuposto para se desenvolverem como estudos gays, lésbicos, homossexuais. Ambas as vertentes teóricas contribuem para manter intocado o mito social da heterossexualidade como a ordem natural do desejo.

Foi na vertente do feminismo lésbico, mais precisamente no início da década de 1980 em um artigo de Adrienne Rich (1983), que a heterossexualidade foi definida como compulsória. Seu texto mostrava que a heterossexualidade não era uma possibilidade entre outras, mas a forma hegemônica institucionalizada em todos os aspectos de nossa cultura. A partir do final da década de 1980, baseada nessas fontes feministas e buscando fazer frente aos limites dos estudos gays e lésbicos, emerge uma nova vertente de reflexão. Refiro-me à teoria queer, um conjunto de estudos que surgiu – ao mesmo tempo – em diferentes contextos nacionais problematizando o caráter heterossexista de nossa cultura.<sup>18</sup>

Pesquisadores/as de diferentes áreas das humanidades e ciências sociais desenvolveram investigações que não se concentravam mais na homossexualidade como questão minoritária, mas parte de um binário a ser desconstruído, o duo hétero–homossexualidade que – durante mais de um século – definiu os limites do pensável. Assim, criticaram tanto o heterossexismo da maior parte dos estudos feministas quanto o enquadramento minoritarizante dos estudos gays e lésbicos, ambos incapazes de explorar analiticamente toda uma esfera das relações sociais que envolvia as porosidades e interdependências entre homo e heterossexualidade.

De forma esquemática, enquanto as feministas apontaram o caráter político do binário homem/mulher, sob o qual se assentam desigualdades de gênero que privilegiam os homens em relação às mulheres, os estudiosos queer sublinharam o caráter político-epistemológico do binário hétero/homo, o qual não apenas privilegia aqueles e aquelas que se relacionam sexualmente com pessoas do sexo oposto, mas toma sua perspectiva como a própria condição de construção do

conhecimento. Os dois binários não apresentam termos igualmente valorizados, pois os primeiros (homem/hétero) são reconhecidos, enquanto os segundos (mulher/homo) são marcados e inferiorizados. No caso específico da homossexualidade, a marca histórica é a do estigma e da anormalidade.

Os binários – inter-relacionados – precisam ser lidos como eminentemente hierárquicos e desiguais, pois o poder e a normalidade dos primeiros termos se assentam na inferiorização e no estigma reservado aos segundos. Nos termos de Halperin (1995, p. 44):

A heterossexualidade define a si mesma sem se problematizar, ela se eleva como um termo privilegiado e sem marca, pelo processo de tornar abjeta e problemática a homossexualidade. Assim, a heterossexualidade precisa da homossexualidade para lhe tomar substância – o que permite que ela adquira seu *status* de dada, como uma falta de diferença ou uma ausência de anormalidade.

As incoerências internas à heterossexualidade são mantidas sem problematização, ao ponto de ela nem mesmo ser vista como possível objeto de conhecimento. Ao construir a homossexualidade como objeto de pesquisa, a heterossexualidade se constitui também como instância privilegiada do conhecimento – como a própria condição para conhecer –, assim deixando de se tornar um alvo de investigação ou crítica. Trocando em miúdos, a heterossexualidade, assim como a masculinidade, entroniza-se como a suposta perspectiva neutra que ainda embasa nossa epistemologia hegemônica.

Desenvolvida a partir de uma linha do pensamento feminista, a perspectiva queer expande o feminismo para a esfera da sexualidade, reiterando a crítica ao saber como sempre inserido em relações de poder. O sujeito do conhecimento supostamente universal se revela não apenas branco e europeu, mas também homem, masculino e heterossexual. O direcionamento do desejo a pessoas do sexo oposto é um pressuposto a ser superado caso sejamos coerentes com uma proposta de superação crítica daquilo que já foi apresentado como saber neutro e que, hoje, podemos qualificar como o resultado de diferentes violências epistemológicas que ainda marcam boa parte da produção acadêmica nas ciências sociais, humanas e até na psicanálise.

A obra de Judith Butler, ao desconstruir o que denomina “matriz heterossexual” (2003) e esboçar uma nova topografia psíquica não heterossexista, auxilia-nos a problematizar a perspectiva dominante que personifica e fixa o desejo por pessoas do mesmo sexo como algo restrito a um grupo minoritário. Em outras palavras, mostra-nos que é possível reconhecer que o desejo não tem objeto fixo, e que, portanto, seu direcionamento é circunstancial e se dá dentro de condições históricas e culturais que o direcionam

PRÉVIA GRATUITA · OFERTA POR TEMPO LIMITADO

## Você chegou ao fim desta prévia.

Continue lendo "Desejos digitais: Uma análise sociológ..."  
e mais de 1 milhão de livros — de graça por 30 dias.

★★★★★ Mais de 1 milhão de leitores já aproveitam

### Com o Kindle Unlimited, sua leitura não tem fim:

- ✓ Leia à vontade — explore mais de 1 milhão de títulos sem pagar por livro.
- ✓ Leve para qualquer lugar — baixe o app gratuito e leia onde e quando quiser.
- ✓ Em qualquer tela — celular, tablet, computador ou Kindle — você escolhe.
- ✓ Grandes autores — best-sellers e novos talentos, inclusive títulos em inglês.

**COMEÇAR MEUS 30 DIAS GRÁTIS**

Cobrança só após o período grátis.

- ✓ Pagamento seguro
- ✓ Acesso imediato
- ✓ Cancele quando quiser

Não precisa ter um Kindle: baixe o app gratuito e comece a ler agora.

Se não quiser ler no aplicativo Kindle, compre o livro [clikando aqui](#).